# A PROPRIEDADE DO VAZIO

## Dinâmica entre o espaço ocioso e a vitalidade do Centro Urbano De Florianópolis

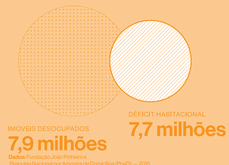
A estruturação da função social da cidade, conforme o que consta na Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, produz um intenso diálogo sobre as apropriações no contexto social das cidades. Ainda mais, constrói uma narrativa sobre "A QUEM PERTENCE O ESPAÇO?"

Essa dinâmica, que foi construída historicamente com a exclusão do menos favorecidos, impossibilitou o acesso democrático aos espaços da cidade, intensificando a prerrogativa de um espaço segregado e que marginaliza quem o vive por fora das estatísticas. São pessoas que o estado deixa de lado, sem construir projetos que incentivem e preconizem a alteração dos fatores até então tidos como "normais".

No meio de uma pandemia, fica ainda mais visível a importância que a análise de um recorte com infraestrutura suficiente para elevar as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, com foco nas pessoas em situação de rua. É por meio de ações que enfrentem as influências que a especulação imobiliária traz, negativamente, para a cidade, que serão superadas as segregações étnico-raciais que ainda existem.

É dever do estado inserir a população em situação de rua no contexto socioeconomico da capital, ocupando esses espaços ociosos e até então subutilizados, com a criação de novas perspectivas que transformem a narrativa que hoje sinetiza a vida dessas pessoas: exclusão e invisibilidade. Projetos e políticas públicas que permeiem a inclusão destas pessoas, incentivem a transformação da dinâmica desta vitalidade provinciana, que hoje é tida como única forma de desenvolvimento. Serão eles os agentes transformadores. É preciso reavivar a cidade, e dar ao povo a vida que a ele pertence.

## Mais gente sem casa do que casa sem gente!




Dados: Fundação João Pinheiro e Instituto Nacional de Atendimento de Direitos (Prodi) — 2015

Imbróglios jurídicos e imóveis em deterioração ou concentrados sob o guarda-chuva da especulação imobiliária, impedem a solução para a falta de moradia, confrontando diretamente o Estatuto das Cidades de 2001, que preconiza a função social das glebas que compõem o território urbano das cidades.

Para resolver este problema, é preciso mapear o déficit e localizar estes edifícios que estão vazios.

Segundo Sérgio Magalhães, ex-presidente nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB, o governo federal aplica o pouco dinheiro que tem no espraiamento das cidades, o que acaba por gerar situações de abandono das áreas já consolidadas.

O Movimento População de RUA de Santa Catarina, MPR/SC, tem um levantamento de cerca de 1000 pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social hoje na cidade de Florianópolis. Este número contrasta diretamente com a quantidade de espaços ociosos presente no centro urbano.

"Os espaços públicos se tornaram a manifestação física que a sociedade atribui ao longo dos anos ao encontro e ao ato de se manifestar" - Mauro Calliari.

O Movimento População de Rua de Santa Catarina conta com várias ações que visam a melhora da atenção básica prescrita nas leis, tanto municipal com federal, para a população em vulnerabilidade social. São diversos os fatores que os colocam como periféricos de uma sociedade excludente e que não os reconhece como cidadãos, como acontece em diversos lugares ao redor do mundo. Somente no ano de 2020 foi construído um Projeto de Lei, do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que determina a inclusão das pessoas em situação de rua no Censo Demográfico Brasileiro, realizado periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele argumentou que seria possível, com informações obtidas por meio deste órgão, a elaboração de políticas públicas efetivas para a qualificação da vida desta população, até então marginalizada. A partir de um momento que os invisíveis começam a fazer parte da população como um todo, ficam mais evidentes e explícitas as necessidades desta parte da população.

A invisibilidade relatada se revela pela falta de documentação básica para o acesso aos serviços e benefícios garantidos pelo Estado (Hallais e Barros, 2015). Esta 'setorização' precária, além das vulnerabilidades físicas sofridas por esta população, como suscetibilidade as intempéries, insalubridade e a insegurança, ainda gera impactos no acesso aos programas de inserção.

Esta ilegibilidade da população em situação de rua – a falta de reconhecimento como sujeitos, suas localizações – limita o registro, controle e também a possibilidade de o estado se colocar como agente de modificação desta realidade.

Assim, tornar uma população legível ao Estado implica em procedimentos de padronização que configuram espécies de "mapas abreviados" que refazem as realidades que retratam e que são fundamentais para a ação. [...] Entretanto, como é possível perceber no caso das práticas de inscrição política da população de rua no Brasil, tais técnicas de legibilidade não são apenas isso: ao mesmo tempo em que simplificam, classificam e conformam uma "população" às possibilidades do governo, também a inscreve nos cenários de atenção pública (Schuch, 2015).

Existe, portanto, a necessidade de um estudo nacional de políticas públicas que realmente possam efetivar a inserção desta população vulnerável étnico-racial e socioeconomicamente no contexto ao qual elas já vivenciam e que, por meio de práticas que suportem o contingente, possibilitem a inserção numa área com infraestrutura já disponibilizada, e que hoje ainda se encontra em processo de abandono.

Por isso, são necessárias as construções de práticas públicas efetivas para a inserção das pessoas em situação de rua na área que já dispõe de infraestrutura, serviços e mobilidade para uma transformação da realidade a qual estão condicionadas a enfrentar. É visto que uma população que ainda não entra nas estatísticas por não ter um teto próprio sobre a cabeça, precisa urgentemente de meios efetivos para uma inserção qualificada. Para além disso, essas demandas elencadas favorecem diretamente também o povo do Maciço do Morro da Cruz, população que enfrenta ataques, repressão policial e muita vulnerabilidade social. É na prática da cidadania que o estado fomentará um novo passo para os que mais precisam, e que seja a vivência de uma cidade democrática.

Após um intenso processo de desmonte do projeto da Passarela da Cidadania, ficou ainda mais difícultada a possibilidade de acesso aos serviços que trabalham pela recuperação da dignidade humana. Antes localizado na passarela Nego Quirido, o CENTRO POP agora está em desconexão com o espaço de abrigamento das pessoas em situação de rua. Porém, o novo endereço se encontra no miolo do recorte em estudo.

Segundo o site do Ministério da Cidadania, especificamente a pasta de Desenvolvimento Social, o CENTRO POP "é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua, [...] que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua."

Essas conexões realizadas permeiam a visível necessidade do redesenho urbano e da facilitação de um processo propulsor de novos caminhos. A inserção dessas pessoas em um recorte com tantas necessidades já resolvidas, projeta uma narrativa transformadora.

Dados: Levantado pelo Autor - 2020

## Centro de história

Fotografia - Jonas Hasse Thomas, 08

O processo de crescimento ocupacional do centro teve como principal articulador o espaço público criado entre a Capela de Nossa Senhora do Desterro, hoje Catedral Metropolitana de Florianópolis, e o mar. Era ali que se concentravam todas as conexões, tanto terrestres como marítimas, entre os diferentes pontos da ilha e o continente, ainda refletido no contexto urbano atual.

O grande fluxo no local se dava pela presença do porto, onde chegavam os navios habitantes da ilha e também as mercadorias que iriam abastecer a localidade. Constantemente usada como rota das embarcações, a Vila Nossa Senhora do Desterro foi marcada por conta do seu grande potencial.

O traçado urbano se construiu em decorrência da faixa de areia, estendendo-se em direção ao maciço do Morro da Cruz no primeiro momento, até por conta das condições físicas e naturais do espaço. É visível que a malha urbana tem recortes diferentes que apresentam, inclusive, as diferentes tipologias e suas finalidades.

Ficou claro, no decorrer da elaboração da cidade, que a porção leste foi sendo esquecida ao ponto que as antigas chácaras ao norte e oeste da Praça XV de Novembro foram sendo redivididas e criando uma nova malha, com maior urbanização já presente no momento da concepção. Esse processo foi muito sobre a ocorrer expansão do bairro por meio das obras de aterro que ao sul tornou-se o acesso terrestre a ilha, e ao norte, onde foi criado um grande cordão residencial que só quem teve acesso foram as classes mais altas.

Esse "desenvolvimento" acabou por esquecer uma área onde a infraestrutura do espaço já tinha se consolidado e permanece, ainda hoje, quase inalterada.

Fotografia - Autor, 2020

## O centro é pop!

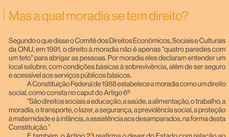
### Direito à moradia e o que a lei fala sobre isso

Desde a promulgação, em 1988, da Constituição Cidadã, o assunto MORADIA esteve presente no espectro político, mas sem muito direcionamento de como fazê-lo. Quando falo da competência do Estado de forma geral em construir programas de moradias, a carta magna já induz a necessidade, e dever, do estado em garantir o acesso humano e democrático ao teto. Diversos são os trechos que mencionam a Moradia e os canais para acessá-la. Quando é citado o salário mínimo, afirma-se que o valor tenha que atender as "necessidades vitais básicas e as de sua família com moradia, alimentação [...]".

A Moradia só conseguiu status de direito constitucional, realmente, em 2000, com uma Emenda Constitucional. A dignidade da vida humana foi o principal motivo de inclusão do direito à moradia na Constituição Cidadã.

"São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".

Quando da promulgação desta emenda, criou-se a relação entre a necessidade de uma moradia com a promoção de uma vida digna, tornando-a ainda, um direito social, e por isso é um dever da sociedade esclarecer e resolver a problemática.



Fotografia - Jonas Hasse Thomas, 08

### Mas a qual moradia se tem direito?

Segundo o que disse o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em 1991, o direito à moradia não é apenas "quatro paredes com um teto" para abrigar as pessoas. Por moradia eles declaram entender um local salubre, com condições básicas à sobrevivência, além de ser seguro e acessível aos serviços públicos básicos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a moradia como um direito social, como consta no caput do Artigo 6º

"São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

E também, o Artigo 23 reafirma o dever do Estado com relação ao direito à moradia:

"É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

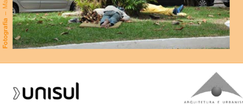
IX – Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico."

E um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, Decreto nº 7.053/2009, como consta no Artigo 7º, inciso primeiro

I - Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda,

Junto com o Art. 2º do Estatuto da Cidade, que em seu caput diz:

"A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana".



Fotografia - Jonas Hasse Thomas, Lara Zanon Zaparolli

## Cidade para quem?

Para Pedro Jacobi, a relação entre direito a cidade e cidadania trata diretamente sobre a invisibilização que o processo urbano, infelizmente, incentivou a se construir na sociedade.

Ele ainda complementa que: "O direito à cidade representa, acima de tudo, pensar uma cidade democrática, uma cidade que rompa as suas amarras com o passado".

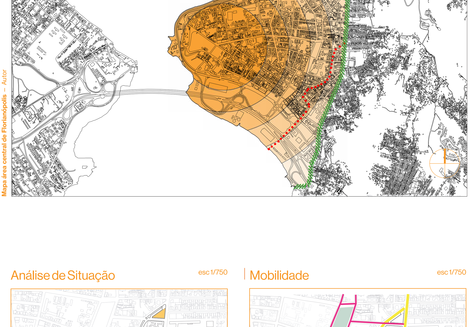
Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. Na verdade, todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem como cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro.

Em contrapartida a fala pontual pelo direito a um pedaço de terra, o direito à cidade se mostra mais abrangente: é sobre pensar como a construção da cidade ainda é produzida de forma desigual. Todos têm o direito à cidade. Mas a sociedade, hoje, representa o ápice da negação dos planos para tornar a cidade um lugar diverso. Colocado desta forma, se refere ao direito a cidadania, e a negação deste implica na negação de todos os outros.

Segundo Jan Gehl (2010), a dimensão humana na construção do planejamento urbano vem se tendo constantemente atacada, e como consequência disto, as cidades construídas têm rotinas monótonas e sem qualidade, o que mantém afasta as pessoas da vida no centro.

Com isso, é possível perceber que instrumentos jurídicos para a transformação da cidade e que o acesso será democrático já existem, basta que os grandes especuladores deem espaço para elaboração de uma cidade diversa, acolhedora e propulsora.

Ainda que com o esvaziamento ao qual foi submetido, o centro ainda se comporta como um lugar dinâmico em relação a vida urbana, mas deixa a desejar aos que mais sofrem com um processo capitalista submetido as artimanhas dos grandes empresários, no qual a vulnerabilidade social se torna um fato mensurado.



Fotografia - Carolyn Drake

Isso não confronta o fato de haver uma vantagem do centro na concentração de empregos e diversas possibilidades, além de uma posição elementar na inserção dos ilegíveis. Por conta de suprir as necessidades regionais, e não só locais, de serviços públicos, econômicos, o centro deve sua vitalidade ao constante fluxo de pessoas. Porém, precisa ser reforçada a tese de que a cidade não trabalha para a retomada e a reconciliação do povo o qual ela vive na região.

Para Castells (2010), "o centro urbano designa tanto um local geográfico como um conteúdo social". É necessário tornar partido nas relações que são construídas, as quais possibilitariam, pelos diversos fatores já elencados, mas principalmente a grande ociosidade de um espaço urbano contundente e que apresenta características físicas e afetivas na inserção, de modo a reparar as falhas com esta parte da população.

## No contexto geral

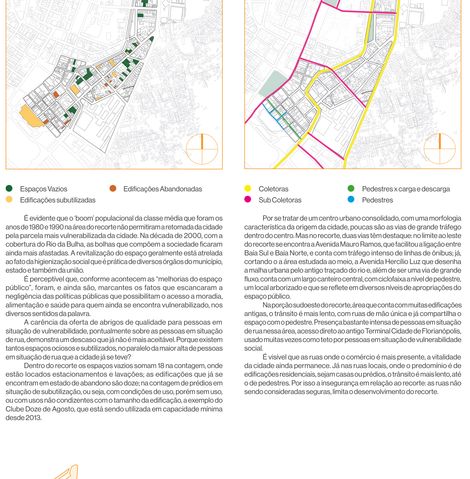
### Desigualdade de leste a oeste

esc 1/1750

A perspectiva de cima do Maciço do Morro da Cruz apresenta um diagnóstico visual sobre as segregações que a sociedade ainda preserva na sua essência. Durante o processo de construção da cidade, a porção leste do centro foi deixando de ser o foco de investimento e começou a declinar quando se fala em fornecimento de infraestrutura básica para assistir a população vulnerável.

Esta população, em sua maioria, ou se encontra nas encostas do Maciço, ou acabam em situação de rua. Por isso, é comum ver a intensa circulação deles nesta área que se degradou pela falta de atenção, enquanto os mais ricos recebe rum uma vasta quantidade de investimentos e puderam intensificar o processo de edificação de um conjunto de equipamentos de suporte.

A distância para acessar esses espaços com maior oferta, que deixa de ser somente física e tangencia os aspectos de uma segregação étnica-racial e econômica bastante latente ainda no processo de elaboração das Políticas de acesso a cidade.



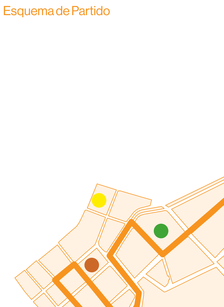
Mosaico aérea central de Florianópolis - Autor

Barreira Física - Rio da Bulha

Barreira Invisível

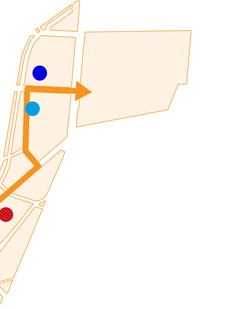
### Cheios x Vazios

esc 1/750



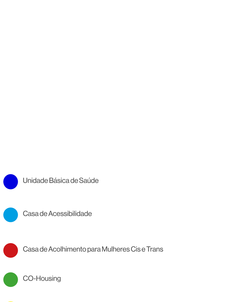
### Análise de Situação

esc 1/750



### Mobilidade

esc 1/750



Espaços Vazios
Edificações subutilizadas
Edificações Abandonadas

Coletoras
Sub Coletoras
Pedestres x carga e descarga
Pedestres

O centro urbano da cidade tem seus vazios urbanos formados, prioritariamente, por ruas e praças públicas. No recorte, fica evidente o traçado do antigo Rio da Bulha, hoje canalizado e coberto embaixo da Avenida Hercílio Luz. No limite leste, a Avenida Mauro Ramos, também conforma um grande vazio, porém, por conta do alto fluxo de automóveis, tornou-se uma barreira invisível na cidade: classe média de um lado, comunidade do outro.

A morfologia urbana na porção sudoeste é do traçado originário da cidade, os arredores da Praça XV de Novembro, onde é possível analisar que os miolos de quadra foram quase todos já edificados. Os únicos vazios que se destacam, são a antiga quadra de esportes que conectava a antiga Escola Antonieta de Barros e o Museu da Escola Catarinense; e dois estacionamentos, um na Rua Victor Meirelles e um na Avenida Hercílio Luz.

No contraponto da ocupação da parte Oeste e Sul do recorte, a parte Leste e Norte já apresenta muitos vazios urbanos espalhados, tanto nos miolos, como no entre quadras. Evidenciando a dualidade da ocupação, edificação de lote inteiro, contra edificações no meio do lote.

Com a crescimento da cidade avançando, na década de 1920 começaram as obras de saneamento, canalizando o Rio da Bulha, que já causava transtornos por conta da poluição e mau cheiro.

Na década de 1970 foi construído o Paredão da Hercílio Luz, ou Paredão da Ceisa, em referência a construtora do conjunto de prédios de onze andares, praticamente colados uns aos outros.

Tudo isso mostra, e fica evidente, que o processo de tratamento dos vazios urbanos, geralmente parques e ruas, é o fator determinante na ocupação do solo e na transversalidade de usos que a cidade pode oferecer. Uma cidade para todas e todos.

É evidente que o 'boom' populacional da classe média que foram os anos de 1980 e 1990 na área do recorte não permitiram a retomada da cidade pela parcela mais vulnerabilizada da cidade. Na década de 2000, com a cobertura do Rio da Bulha, as bolhas que compõem a sociedade ficaram ainda mais afastadas. A revitalização do espaço geralmente está atrelada ao fato da higienização social que é prática de diversos órgãos do município, estado e também da união.

É perceptível que, conforme acontecem as "melhorias do espaço público", foram, e ainda são, marcantes os fatos que escancaram a negligência das políticas públicas que possibilitam o acesso a moradia, alimentação e saúde para quem ainda se encontra vulnerabilizado, nos diversos sentidos da palavra.

A carência da oferta de abrigos de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade, pontualmente sobre as pessoas em situação de rua, demonstram um descaso que já não é mais aceitável. Porque existem tantos espaços ociosos e subtilizados, no paralelo da maior alta de pessoas em situação de rua que a cidade já se teve?

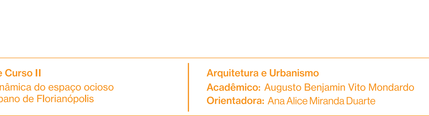
Dentro do recorte os espaços vazios somam 18 na contagem, onde estão locados estacionamentos e lavações; as edificações que já se encontram em estado de abandono são doze; na contagem de prédios em situação de subutilização, ou seja, com condições de uso, porém sem uso, ou com usos não condizentes com o tamanho da edificação, a exemplo do Clube Doze de Agosto, que está sendo utilizada em capacidade mínima desde 2013.

Por se tratar de um centro urbano consolidado, com uma morfologia característica da origem da cidade, poucas são as vias de grande tráfego dentro do centro. Mas no recorte, duas vias têm destaque: no limite ao leste do recorte se encontra a Avenida Mauro Ramos, que facilitou a ligação entre Baia Sul e Baia Norte, e conta com tráfego intenso de linhas de ônibus; já, cortando o a área estudada ao meio, a Avenida Hercílio Luz que desenha a malha urbana pelo antigo traçado do rio e, além de ser uma via de grande fluxo, conta com um largo canteiro central, com ciclofaixa a nível de pedestre, um local arborizado e que se reflete em diversos níveis de apropriações do espaço público.

Na porção sudoeste do recorte, área que conta com muitas edificações antigas, o trânsito é mais lento, com ruas de mão única e já compartilha o espaço com o pedestre. Presença bastante intensa de pessoas em situação de rua nessa área, acesso direto ao antigo Terminal Cidade de Florianópolis, usado muitas vezes como teto por pessoas em situação de vulnerabilidade social.

É visível que as ruas onde o comércio é mais presente, a vitalidade da cidade ainda permanece. Já nas ruas locais, onde o predomínio é de edificações residenciais, sejam casas ou prédios, o trânsito é mais lento, até o de pedestres. Por isso a insegurança em relação ao recorte: as ruas não sendo consideradas seguras, limita o desenvolvimento do recorte.

### Esquema de Partido



esc 1/375

Unidade Básica de Saúde
Casa de Acessibilidade
Casa de Acolhimento para Mulheres Cis e Trans
CO-Housing
Bazar da Rua
Escola de Gastronomia e Restaurante Popular
Aluguel Social

## Referencial de projeto

### Projeto Urbanístico Nova Luz - SP

**Colagem** – Projeto Nova Luz, Prefeitura de São Paulo, 2012

A intervenção proposta pretende resgatar a área do Projeto Nova Luz como área residencial no coração da cidade de São Paulo. A incorporação de novos usos, o aumento da população residente, a ampliação e dinamização dos usos existentes e a adoção de conceitos urbanos sustentáveis serviram de suporte fundamental para a re-significação da localização com posterior incorporação na plena dinâmica da cidade.

A metodologia de planejamento para o Projeto Nova Luz está baseada nos seguintes objetivos: Criação de uma intervenção inclusiva com oportunidades para todos os grupos socioeconômicos; Mistura de usos residenciais, comerciais, culturais, cívicos e educacionais; Ligação com bairros adjacentes para criar um atraente setor urbano de uso misto; Promoção de padrões de desenvolvimento sustentável; Atração de uma ampla gama de faixas etárias e estilos de vida para o "coração" da cidade; Facilitação das viagens a pé ou de bicicleta; Uso eficiente do solo urbano; Resgate do patrimônio histórico; Aumento das áreas verdes.

Para estabelecer e alcançar um projeto urbano estruturado e coerente, alguns princípios foram estabelecidos de forma a incorporar no desenho soluções relacionadas às potencialidades e oportunidades na área. Os princípios abaixo são a base das idéias desenvolvidas no projeto urbano com relação a conectividade, espaços abertos e definição do programa de usos para cada edificação

**Proteger a Malha Urbana**
A malha urbana na forma de quadrícula é uma das principais características do bairro que deve ser preservada. Os bulevares que circundam e cortam a área proporcionam acessibilidade e conexão com o entorno. Foi proposto um mini-anel viário que garanta acessibilidade ao interior da área da Nova Luz sem comprometer a qualidade urbana em seu interior. Essa estratégia permite que a rede remanescente possibilite formas mais sustentáveis de locomoção, como caminhadas, ciclismo e transporte público

**Esquemas** – Projeto Nova Luz, Prefeitura de São Paulo, 2012

**Definir Portais**
Reconhecer e acentuar os pontos de entrada para a Nova Luz. Os pontos fundamentais de acesso são destacados através da criação de referências urbanas que funcionam como portais. Estes são definidos em pontos estratégicos para reforçar a transição para entrada na Nova Luz. Em algumas áreas, o projeto vai melhorar e fortalecer essas passagens urbanas, enfatizando edifícios e valorizando os espaços públicos.

**Conectividade**
Promover conexões francas com o entorno, melhorando a acessibilidade e deslocamentos entre os setores, fomentando caminhadas nas áreas comerciais e de lazer.

**Rede de áreas verdes**
Criar um sistema de espaços públicos de diferentes escalas associados aos existentes, criando uma ampla gama de funções e atividades para incentivar o uso das áreas públicas e os investimentos na região.
Como parte do Projeto Urbano, propõe-se uma rede de novos parques, praças, pátios, jardins elevados e ruas arborizadas com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade para empreendimentos, com um senso de lugar e identidade. Esses espaços e rotas reforçam o padrão da malha urbana.

**Acessibilidade às Conexões da Cidade**
Potencializar acessibilidade aos principais pontos de conexão da cidade, proporcionada pelo sistema de transporte público local.

**CONCEITOS PARA ESPAÇOS LIVRES**
A principal diretriz para o projeto dos espaços públicos é a criação de um ambiente agradável para o pedestre, que responda ao clima e ao contexto local por meio de uma sequência bem instalada e cuidadosa de espaços livres. Esta rede é estruturada em função da criação de âncoras e conexões apresentando áreas para novas praças, parques e esplanadas.
Uma hierarquia de espaços livres que variam em escala e função, agem como âncoras e conexões no local, funcionando como pontos de destino com diversos tipos de atividades distribuídos pela malha urbana. São, em essência, pontos importantes ao longo dos caminhos do percurso.

**Modelagem** – Projeto Nova Luz, Prefeitura de São Paulo, 2012

## Referencial de projeto

### Porto Maravilha - RJ

A Prefeitura do Rio criou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), instituída pela Lei Complementar 102/2011, para gerir e fiscalizar a revitalização. Dentre as obras contratadas estão a construção e renovação das redes de infraestrutura urbana (água, saneamento, drenagem, energia, iluminação pública, gás natural e telecomunicações), demolição dos 4.790 metros do Elevado da Perimetral e substituição do sistema viário atual por um novo conceito de mobilidade urbana que implanta novas vias, com destaque para as vias Expressa e Binário do Porto, 17 Km em ciclovias e grandes áreas para pedestres. Com a conclusão das intervenções, novo padrão de qualidade dos serviços urbanos começa a ser prestado, como, por exemplo, coleta seletiva de lixo e iluminação pública eficiente e econômica.

A operação urbana consorciada é um recurso previsto no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10257/2001) para recuperação de áreas degradadas. Para conseguir recursos para a operação urbana, a prefeitura aumentou o potencial de construção de imóveis da Região Portuária, área que atrai a atenção de investidores do setor imobiliário para projetos comerciais e residenciais. Interessados em explorar esse potencial devem comprar Certificados de Potencial Adicional Construtivo (Cepacs), títulos usados para custear operações urbanas que recuperam áreas degradadas nas cidades. Todo o valor arrecadado com a venda dos Cepacs é obrigatoriamente investido na requalificação da região, inclusive áreas de preservação em que os imóveis não podem ter aumento de potencial. Além disso, pelo menos 3% da venda dos Cepacs são obrigatoriamente investidos na valorização do patrimônio material e imaterial da área.

Com modelagem econômica baseada no desenvolvimento imobiliário, a operação urbana sofreu efeitos da crise nacional do mercado. A expectativa de venda dos Cepacs não atingiu a meta traçada no período de concepção da operação urbana, quando a economia nacional registrava números otimistas pré-crise. Este movimento teve impacto sobre o equilíbrio econômico e financeiro do Porto Maravilha comprometendo a regularidade dos repasses do FIIPM, que declarou iliquidez desde 2016 - falta de dinheiro em caixa. Em nome da Prefeitura do Rio, a Cdurp avança na negociação de soluções para o impacto da iliquidez com os agentes envolvidos.

O Fundo já investiu na Região Portuária do Rio de Janeiro R$ 5 bilhões dos R$ 10 bilhões previstos para os 15 anos de contrato. Desde 2018, serviços municipais estão sob responsabilidade da Cdurp com o apoio de secretarias e empresas municipais.

**Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)** – Projeto Porto Maravilha, CDURP-RJ, 2011

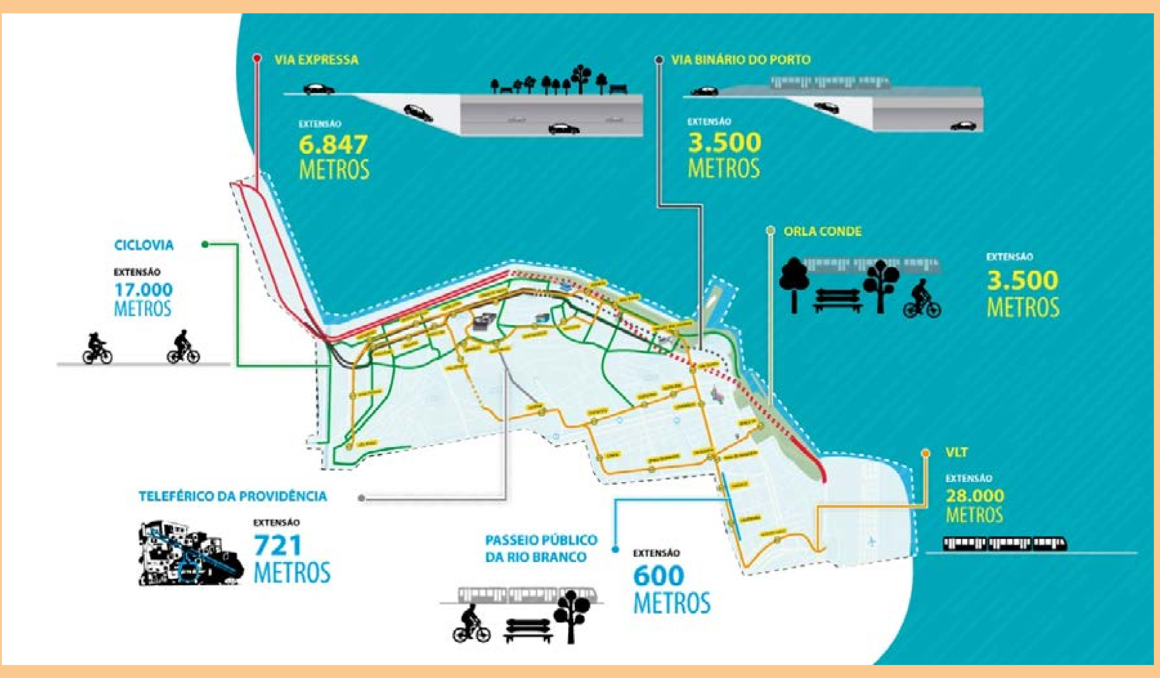
**O Remodelamento Urbano**

A Lei Complementar n. 101/2009 delimitou a chamada Área Especial de Interesse Urbanístico (AEIU) onde os parâmetros urbanísticos foram alterados e foi permitido um aumento no potencial construtivo através da emissão dos CEPACs. Ou seja, a lei alterou o gabarito das construções na Região, porém foram respeitadas as áreas de patrimônio histórico e as franjas dos morros (Morro da Conceição, Morro do Pinto e Providencia).

Em essência, o texto legal permitiu a transformação dessa região para Zona de Uso Misto: aquela em que pode ser construído qualquer equipamento na região seja comercial (edifícios de escritórios, hotéis e shoppings) ou residencial. O que ficou vetado de ser construído nesta área foram unidades fabris e postos de gasolina.

**Mobilidade Urbana**

O Porto Maravilha muda totalmente o conceito de mobilidade urbana na Região Portuária e no Centro. O novo sistema privilegia o transporte público coletivo, valoriza a ideia de morar perto do trabalho, cria mais espaços para pedestres, implanta ciclovias, contempla recursos de acessibilidade e integra os meios de locomoção na área. No plano de mobilidade em implantação na Cidade do Rio de Janeiro, o transporte público ganha prioridade e planejamento. Mais que isso, passa a ser centrado na conexão inteligente entre os modais. Com rede de 28 Km, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) integra todos os meios de transporte do Centro e da Região Portuária – barcas, metrô, trem, ônibus, rodoviária, aeroporto, teleférico, terminal de cruzeiros marítimos e, futuramente, o BRT Transbrasil.




**Esquema Mobilidade** – Projeto Porto Maravilha, CDURP-RJ, 2011

## Referencial de projeto

### Modelo Medellín - Colômbia

O impacto causado por uma contínua extração (EUA / Europa) de recursos na América Latina, insere Medellín em um contexto de subdesenvolvimento.

Até por volta de 1990, Medellin se encontrava em uma necessidade urgente de reestruturação. Somado isso, a uma gestão que não conseguiu movimentar a cidade à um modelo que integrasse os diversos problemas sociais e estruturais que a cidade vivia. Algo que poderia fazer uma progressão contínua nos espaços públicos e consequentemente na vida de toda a população.

Foi apenas recentemente que esse cenário começou a ser repensado. Com o "Modelo Medellín" como comumente é referido, a cidade passa pela implementação de projetos que consideram o entorno já construído da região. Ferramentas de desenvolvimento social e a coordenação interinstitucional são colocadas no centro para a tomada de decisões dos projetos.

Esse novo modelo, resultou em em múltiplas soluções pela cidade. Instrumentos como o Projeto Urbano Integral (PUI), Plano de Ordenamento Territorial (POT) e as Unidades de Vida Articulada (UVA) são só alguns dos atores institucionais que vêm contribuindo para uma melhor qualidade de vida de uma população sistematicamente menosprezada.

O urbanismo social foi peça fundamental em trazer soluções e reinvenção aos espaços da cidade. Colocando em foco a riqueza cultural das duras mãos que a construiram e que são as partes mais interessadas em usufruir desses espaços.

**Fotografia Parque Biblioteca Medellín -** Acervo Archdaily

**Fotografia UVA Sol de Oriente - Medellin -** Acervo Archdaily

## Microanálises

O processo de exclusão das pessoas em situação de rua ficou mais latente no contexto atual da sociedade: numa das maiores crises sanitárias que o mundo já enfrentou, a pandemia da Covid-19 destacou o processo de marginalização da parcela pobre da população.

Enquanto que, na chamada "vida normal", essas pessoas em vulnerabilidade já eram consideradas "perigosas" e já sofriam com um processo higienista por parte dos governos, sendo alocadas em abrigos fora do ritmo do centro urbano, mantendo-às isoladas. Esse rompimento de "normalidade", e é preciso nesse caso encarar com desprezo o jeito com que são tratadas as pessoas vulnerabilizadas, tornou essa população ainda mais invisível no contexto urbano.

O baixo ritmo de circulação de pessoas faz com que o problemas seja minimizado, indo na contramão inclusive, do crescimento vertiginoso de pessoas em situação de rua. Fica claro que a localização do abrigo do Centro POP, funcinando na Passarela Nego Quirido, parte de um fator de exclusão que já está permeado dentro da estrutura. Esse bate ponto em diversos equipamentos públicos, que ficam em cantos opostos, dificulta o acesso aos programas sociais que poderiam ofertar uma verdadeira oportunidade de ressocialização.

Esses obstáculos no que se refere ao acesso à alimentação, higiene e direitos essenciais são apenas algumas dificuldades que a torna essa parcela da população ainda mais vulnerável. Esse grupo, há muito tempo invizibilizado e heterogênio, infelizmente, aumentou durante a pandemia.

Os dados apresentados pelo psicólogo sanitarista Marcelo Pedra afirmam que: a pandemia não só aumentou o número de pessoas em situação de rua no Brasil, como também modificou o perfil desta população.

Porém, a falta de dados mais concretos dos impactos da pandemia nessa população, como o número de infectados e de óbitos é um entrave para formulação de novas políticas públicas de saúde e de proteção social que se encaixem no novo momento que esta parcela da sociedade se encontra.

A representante do Conselho Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, CIAMP-RUA, Veridiana Machado fala sobre o papel de trasnformação na cidade que a inserção de pessoas vulnerabilizadas podem exercer.

"Despejo e Demolição sem Política Habitacional é Extermínio na Pandemia"

**Fotografia: Manifestação em defesa da População em Situação de Rua - 21/09/2020 - Florianópolis -** Autor

### Gráfico de Entroncamentos

esc 1/375

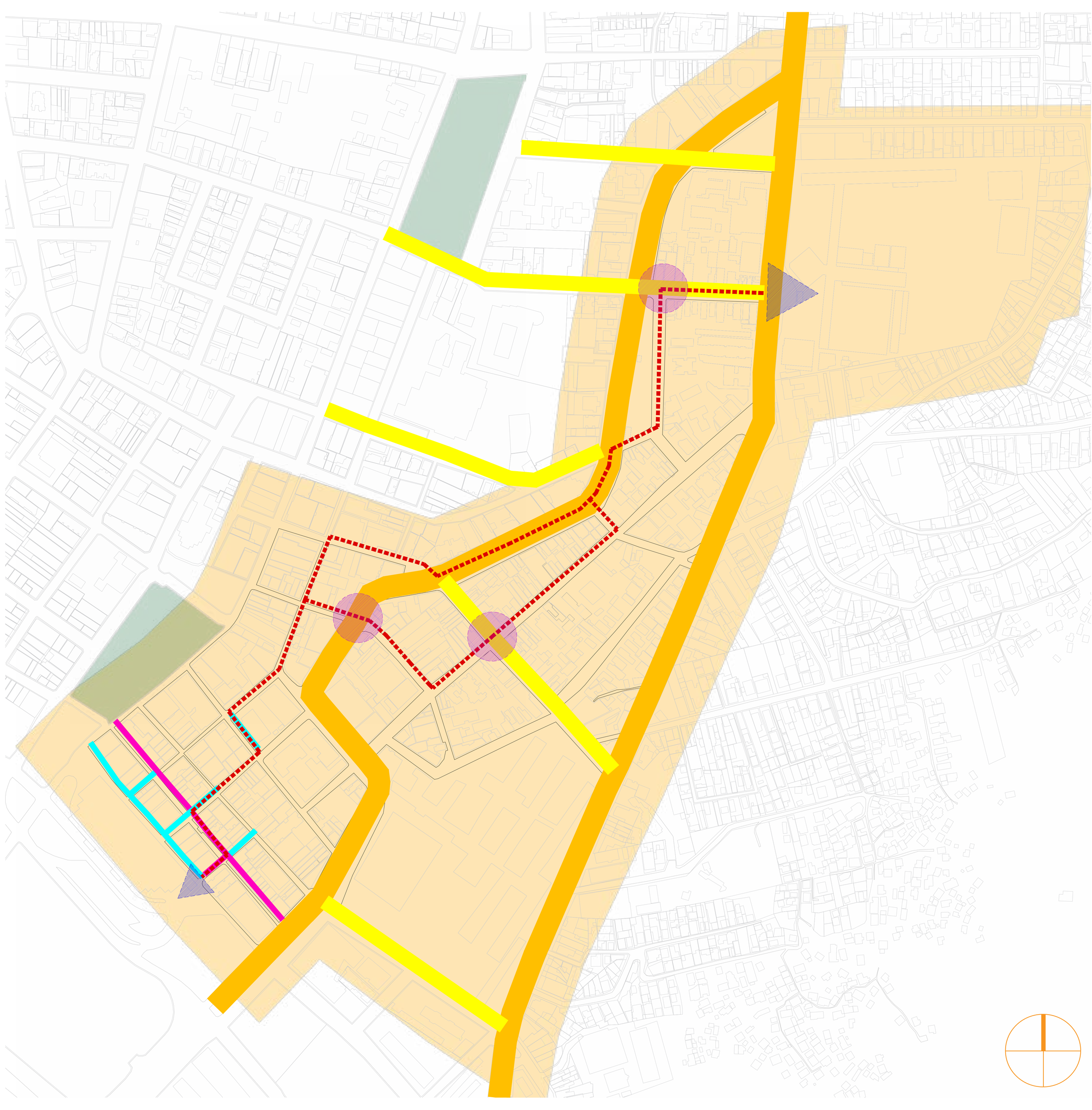


**GRÁFICO DE ÁNALISE DE PARTIDO -** AUTOR

Entroncamentos Pedestre x Automóvel

CORREDOR CIDADÃO

Via Sub-Coletora

Via Coletora

Via Peatonal

Via compartilhada

# No contexto geral

## Desigualdade de leste a oeste

Com as modificações das funções das centralidades urbanas, compreende-se a urgência de revisar os conceitos da teoria e, sobretudo, a forma prática do processo de renovação dos centros históricos, especialmente no Brasil. Quando esta tipificação é alterada, por consequência, o método de análise também muda.

O centro urbano da cidade, tem uma gama diversa de situações cotidianamente, por isso é muito difícil definir um ponto comum, a heterogeneidade tem intensa e reflexiva influência sobre o espaço. É um ponto crítico no que diz respeito ao contexto social: o desafio que se é construir algo numa sociedade tão distinta entre si, socioeconomicamente falando. Mas essa diversidade pode ser exibida nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas, aglutinando toda essa riqueza cultural, que transpassa todas as classes.

Carrión (2002, p.47) destaca:

[...] é importante ressaltar a relação entre cidade e centro histórico, porque é nessa relação que se especifica o seu conteúdo e os temas de funcionalização e definição do conceito de centralidade. Nessa perspectiva é interessante analisar como tem variado a relação entre o centro histórico, o centro urbano e a cidade, e como a partir dela se evidenciam as assimetrias e distinções [...].

É necessário compreender o Centro como um objeto agregador, onde, por conta da forma que for inserido, interfere na funcionalidade do

As barreiras entre as diferentes classes residentes no centro de Florianópolis, são heranças de um processo que excluiu uma parcela da população das tomadas de decisões, submetendo-as aos interesses dos magnatas.

Esses limites, inexpressivos no espectro físico, condicionaram toda a construção da cidade que deu as costas para os mais vulneráveis. Isso implica diretamente na relação que estas pessoas, que não são tidas como parte da sociedade, tem com a própria cidade. O processo de marginalização que eles sofrem é, puramente, preconceito e medo de as histórias se cruzarem.

É por isso que as conexões precisam ser restabelecidas de forma a conectar também, as pessoas com o local. Por isso, para resgatar os aspectos democráticos que a cidade tem como objetivo, nada mais justo do que a criação de um Corredor Cidadão.

Construído com diversos recursos básicos para o encontro com o princípio de equidade, o Corredor Cidadão contém traços que podem exercer a função de estabelecer o diálogo com as pessoas em situação de rua. Por ter sido trabalhado e desenvolvido em cima da Carta de Reivindicações que eles apresentaram no mês de novembro de 2020, o projeto permeia a contemplação de alguns equipamentos necessários para a inserção e reconhecimento de uma parcela da população que segue sendo marginalizada e invisibilizada.

Tem como objetivo elencar potencialidades que precisam ser reurbanizadas, promovendo o debate de que as pessoas em situação de rua podem ser agentes transformadores de uma realidade local. Essa inserção na malha urbana já consolidada promove a democratização de um espaço esquecido e pouco pensado. É visível o descaso por parte do estado em relação a um recorte significativo, que conta com cerca de 30 hectares, encravado no centro histórico.

O método de pinçar elementos que trazem o bem estar das populações vulneráveis, entendendo o contexto do recorte, parte do princípio de que essas intervenções pontuais podem ser capazes de gerar mudanças significativas em diferentes escalas.

A cidade precisa do Corredor Cidadão para pagar a dívida que tem com as pessoas em vulnerabilidade social, em especial das pessoas em situação de rua. Após intenso desmonte nos últimos dois anos, o Centro POP precisa de um conjunto de medidas que auxiliarão no combate às violências ainda tão presentes.

O fato de o Corredor se localizar num espaço tão cheio de oportunidades, intensifica a prerrogativa de que, quando bem pensada, a cidade consegue ser polo de transformação das realidades.

Fotogradia Rua Victor Meirelles - Rua dos Bares - Leo Munhoz/Divulgação NSC

## CCFV: Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes

01

O Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes, é um equipamento público da assistência social, destinado ao atendimento de crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

O CCFV propõe espaços que incentivem as atividades em grupo e estão vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), podendo ser administrados tanto pelo poder público quanto por entidades sociais.

Todas as atividades são planejadas com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e com a comunidade, trabalhando por meio de intervenções sociais, criando situações estimulantes, orientando os usuários na reconstrução de suas histórias.

Tem como objetivo também, trabalhar de forma a prevenir quaisquer violações de direitos e violência, sobretudo com crianças, adolescentes e pessoas idosas.

Fotografia + Colagem — Autor

## Centro POP: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

02

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, popularmente conhecido como Centro POP tem como objetivo ser um espaço de referência para o convívio com o grupo, tal como na inserção urbana e, além disso, é o espaço capaz de desenvolver relações de solidariedade, carinho, respeito e cuidado. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve-se possibilitar vivências para um fortalecimento da autonomia do indivíduo, intensificando, além disso, a organização, mobilização e a participação social.

A localização é um ponto crucial para que as pessoas vulnerabilizadas acessem às políticas públicas, por isso o Centro POP é proposto quase que no centro do recorte, de frente a Avenida Hercílio Luz, possibilitando ampliar as ações assistencialistas, e também uma relação mais facilitada para a Abordagem Social.

Em suas ações conectadas aos demais serviços do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, e também com outras políticas públicas, o Centro POP estimula a desenvolver as potencialidades, através da ressignificação de vivências e construção dos planos de vida que contribuem para o processo de saída das ruas.

Fotografia + Colagem — Autor

## Bazar da Rua

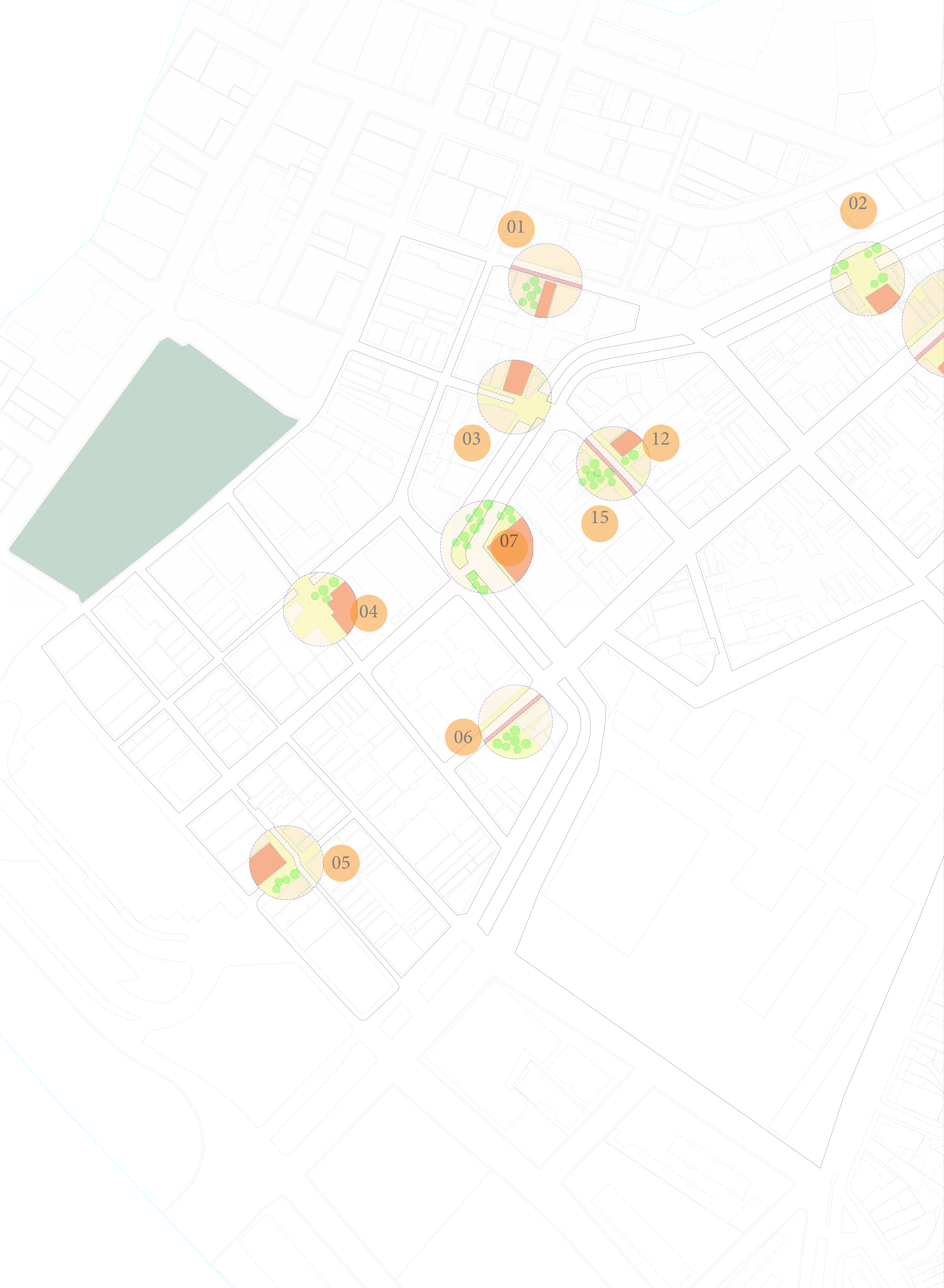
03

Espaço destinado a venda de roupas a preço simbólico, a fim de garantir a manutenção do espaço, como também a garantia de acesso a higienização, já que na própria edificação se propõe a construção de um vestiário público. Criar um espaço que tenha como objetivo a inserção de pessoas no contexto da cidade, entendendo que a aceitabilidade de pessoas em situação de rua é cada dia mais baixa, pela falta de acesso aos serviços essenciais de higiene.

Esse espaço tem como foco aqueles e aquelas que não estão preparadas para sair das ruas, mas que ainda assim, segundo o Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, pode estar dentro dos 71% destes que possuem uma atividade remunerada.

São pequenos detalhes que influenciam na sobrevivencia e na inclusão dessas pessoas vulnerabilizadas. É sobre dar condições mínimas para a vida no contexto da cidade.

Fotografia + Colagem — Autor




## Escola de Gastronomia e Restaurante Popular: Cozinha para todes

04

Equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional que tem como objetivo possibilitar e garantir acesso a refeições saudáveis a população em vulnerabilidade social, tal como: pessoas em situação de rua, desempregadas e desempregados, trabalhadoras e trabalhadores.

Os dados do CadÚnico da Assistência Social e do Bolsa Família de fevereiro de 2020, quase 17000 pessoas estão em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis. Além disso, a cidade tem o maior preço médio para se fazer uma refeição fora de casa.

Os Restaurantes Populares são uma responsabilidade do poder público por se tratar de um equipamento público, assim como as UBS, os Centros de Referência em Assistência Social e escolas, e é um dever da prefeitura investir na sua implementação.

Fotografia + Colagem — Autor

## Edifício Popu(Lar): Habitação de Interesse Social

05

Projeto de remodelação de edificação pré-existente, com configuração original de um hotel, para que seja possível a instalação do Edifício Popu(Lar): edificação de uso misto, com comércio no térreo e residencial no andares superiores.

A inserção de um projeto como o Aluguel Social no centro urbano já consolidado, modifica o paradigma do centro. Tem como objetivo amenizar o problema do déficit habitacional, que chega a **7,9 milhões** de moradias no país, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro, de 2015. Nesse total, estão pessoas que não tem onde morar, que vivem em locais inadequados e também que pagam quantias excessivas com o aluguel.

O projeto do aluguel social, conforme comunicado pelo Governo Federal em maio de 2021, deve ser destinado à pessoas em situação de vulnerabilidade social. Irá atender as famílias que atualmente gastam mais de 30% da renda com o pagamento de aluguel.

Fotografia + Colagem — Autor

## Praça da Acolhida

06

Fotografia + Colagem — Autor

As transformações dos espaços incrustrados no centro urbano consoli-dado, fomentam novos olhares, descoberta de perspectivas diferentes do que a cidade é e do que ela pode ser. O projeto da Praça Acolhida parte de duas origens: a reformulação de como a cidade lida com a imensa quan-tidade de veículos que circulam, não só pelo recorte, como pelo resto do centro urbano, mas também com a eminência de que novos caminhos se elucidam com a alteração de uma microdinâmica.

A Acolhida é um espaço onde muitas características se mantêm, mas a perspectiva geral segue sendo alterada e continuada. São lapsos de um passado recente, que se esvaem na grandeza de um novo segmento da his-tória.

O projeto tem como objetivo a modificação dos paradigmas em que se encontram as pessoas do pós rua. Colaborando num precioso processo civ-ilizatório, aprendendo como as coisas são mutáveis, e que os problemas, sendo encarados da maneira certa, começam a se autodissolverem.

## CCCP: Centro Catarinense de Cultura Popular

07

Fotografia + Colagem — Autor

A retomada do monumental prédio do Clube Doze de Agosto, abandonado desde 2013, que está encrustrado num dos melhores pontos que o recorte pode ofertar, não se afasta do seu uso original: transformar a cidade por meio da cultura, da arte e da música.

O Centro Catarinense de Cultura Popular tem como norte, atuar na comunidade para estimular a criatividade e a participação social. Ao focar o seu trabalho na arte e na cultura, sem ignorar as problemáticas das pessoas que vivem nas ruas, o Centro funciona em paralelo as políticas de atenção a esta população. O espaço oferecerá infraestrutura para oficinas gratuitas, para que qualquer um que se inscreva, mostrando que o objetivo claro do Centro é assegurar os direitos culturais da cidadania.

A necessária interligação de todos os equipamentos públicos sugeridos fica nítida no que cada um pode ajudar a desenvolver em pessoas vulnerabilizadas. Considerando o fato de que, na rua, essas pessoas não têm tanto tempo de parar e ler, pintar, dançar, atuar, ou qualquer que seja o movimento. A luta é por comida, por vacina, por moradia e por uma oportunidade concreta de modificar a realidade que vivem.

## Esquina do Saber: Biblioteca Pública

08

A bifurcação entre Avenida Mauro Ramos e a Avenida Hercílio Luz é o cruzamento mais significativo dentro do recorte. Com intenso tráfego de automóveis e pessoas, pode ser considerado um local com relevante potencial.
Como primeiro ponto focal do recorte, a Esquina do Saber será uma Praça Pública, onde será instalada a Biblioteca Pública Municipal Paulo Nogueira, um professor da vida do povo negro da cidade de Florianópolis.
A biblioteca pública tem papel fundamental na construção da cidadania, ao ponto em que se torna um local de interação, manifestações e debates, trasnbornando o papel de democratização da cultura letrada. É um centro de promoção de exercício da cidadania.
A relevância social que uma Biblioteca Pública tem, é a de pensar justamente nas necessidades da comunidade na qual ela está inserida, além de oferecer novas óticas e caminhos possíveis. É notório o fato de que espaços que motivam ao novo, influencia no entorno que está locado, criando novas perspectivas que alavancam a promoção da leitura, o acesso a informação, como um direito essencial de todos os cidadãos.

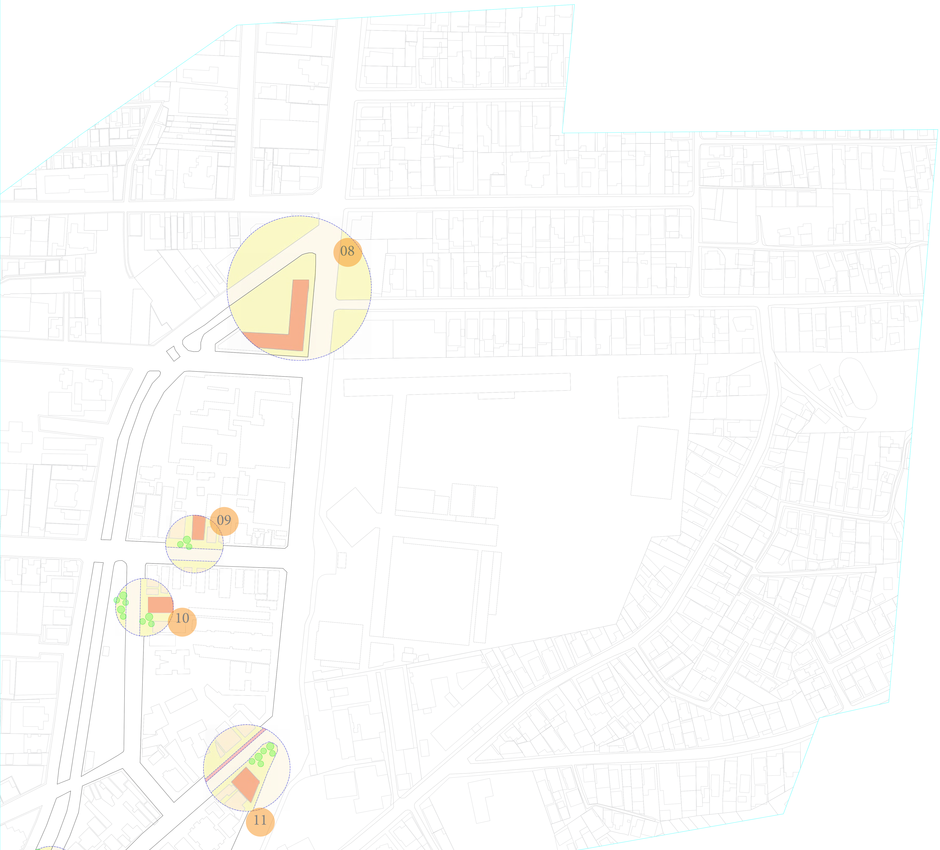
Fotografia + Colagem - Autor

## Unidade básica de saúde Aline Silva de Salles: Centro de referência em saúde para população em situação de rua

09

Incentivar a construção de uma Unidade Básica de Saúde de Referência na Atenção das Pessoas em Situação de Rua, possibilitando o acesso a saúde garantido na Constituição Federal de 1988, onde fala que o acesso as questões de saúde são um direito de todos os brasileiros. Muitos são os relatos de preconceitos sofridos em outras UBSIs, PAs, Emergências, por isso a necessidade de uma unidade de referência para este tipo de atendimento.

Fotografia + Colagem - Autor




## Casa da acessibilidade: Centro de acolhida para pessoas com necessidades especiais, e aos idosos

10

Centro de acolhida para pessoas com necessidades especiais - deficiências físicas/motoras e pessoas que tiveram alta hospitalar, requerindo um cuidado atencioso sobre os pacientes-, e também aos idosos em situação de vulnerabilidade social. Visa garantir a possibilidade de inserção na comunidade, facilitando a manutenção das necessidades, incentivando a pratica de lazer, criando uma nova perspectiva de pertencimento.

Fotografia + Colagem - Autor

## SINE: Sistema Nacional de Empregos

11

O Sistema Nacional de Empregos, SINE, é um orgão público, originado de um acordo com a OIT, Organização Internacional do Trabalho, no qual se buscou inserir nas políticas de estado, um serviço de garantia de empregos.
Ele é muito mais do que um órgão, ele permeia a execução de políticas públicas voltadas para que as pessoas consigam um emprego e a independência financeira.
São ofertadas aos trabalhadores, políticas e ações de emprego que se dispõem a orientá-los na busca ou na preservação do trabalho decente, com qualidade e garantias trabalhistas e previdenciárias.
O espaço onde se propõe a construção deste equipamento, é ponto convergente, estendendo o braço de suporte do Corredor Cidadão, não só para pessoas em situação de rua, como para todas as populações marginalizadas.

Fotografia + Colagem - Autor

## CoHousing: Espaços para respiros urbanos

12

Fotografia + Colagem - Autor

Edificação construída, num antigo parque de estacionamento, para construção de um co-housing destinado a população em situação de emergência, também com a ideia de cobranças mínimas, pretendendo-se a inserção destas pessoas no contexto da cidade, identificando particularidades e já direcionando, cada qual com sua essência, para um projeto de transição de rua x casa.

## CRAS: Centro de Referência da Assistencia Social

13

O CRAS é uma unidade do programa de atenção social básica do SUAS, Sistema Único de Assistência Social, que ajuda a amenizar as situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento das potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais, e da retomada do acesso aos direitos de cidadania.
É um equipamento público de referência para o desenvolvimento e facilitação no acesso a todos os serviços socioassistenciais. Estes serviços são ofertados diretamente no CRAS, desde que tenha infraestrutura suficiente e disponha de equipe compatível.
A crise econômica, agora agravada pela pandemia do novo Coronavírus, fez aumentar a demanda por esses serviços. E é no CRAS onde ocorre o CadÚnico, Cadastramento Único, um sistema do governo federal que centraliza o acesso a diversos programas do governo, como Bolsa Família.

Fotografia + Colagem - Autor

## Casa de acolhimento — passagem as mulheres cis e trans em situação de rua

14

Serviço de acolhimento institucional, exercido na modalidade de Abrigo Institucional, tem como finalidade o abrigamento especializado as mulheres em situação de vulnerabilidade social, garantindo a inserção na comunidade, características residenciais básicas com um ambiente aconchegante, que respeita as condições mínimas de dignidade das suas usuárias.
Respeitando as individualidades de cada mulher, inclusive as especificidades das mulheres trans e também das pessoas que menstruam, o atendimento se dará na perspectiva de reconhecer as histórias das pessoas que são atendidas de rua x casa.

Fotografia + Colagem - Autor

## Pocket Park: Espaços para respiros urbanos

15

Atualmente as reflexões estão direcionadas para a melhoraria na qualidade de vida das pessoas por meio dos espaços públicos, de forma a gerar transformações territoriais. Nesse sentido, muitas ações, por menores que forem, tem incentivado a ressignificar espaços que estavam ociosos, subutilizados e muitas vezes sem uso. Não são novos espaços, são fragmentos da malha urbana, que ficaram a deriva enquanto o centro urbano ia se consolidando.
A reconexão desses espaços com o contexto urbano, modifica o modus operandi em relação aos espaços vítimas de abandono, seja ele compulsório, por conta da especulação imobiliária, ou por motivos financeiros. Esses pequenos espaços públicos ou privados, são assim desterritorializados pela sociedade, inflando a sensação da falta de segurança à comunidade em seu entorno.
Ao proporcionar segurança às pessoas e também, espaços em que possam manifestar seus modos de vida, os cidadãos passam a aproveitar mais e melhor a cidade, refletindo esta nova dinâmica na melhora de qualidade de vida urbana.

Fotografia + Colagem - Autor

## Onde chegamos

Durante o processo de construção da análise sintática sobre o processo de abandono do recorte estudado, tal qual da população em situação de rua, houve uma grande dificuldade de chegar até este nicho de pessoas. A pandemia do COVID-19, que até então, assola o mundo todo desde março de 2020, criou uma barreira ainda mais evidente contra uma população que já enfrenta uma dinâmica perversa e sistemática de exclusão.
Junto destas manifestações, o Movimento lançou duas Cartas de Reinvindicações, das quais foram extraídas as particularidades e o programa de necessidades que precisariam de atenção no processo de inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade, para dentro do contexto da cidade.
Trabalhar com uma problemática específica que, por ela mesma, permeia e adentra em outras mil problemáticas, é um exercício desafiante. Interessante também, como a análise se torna rotina e desafia a cada vez que uma pessoas vulnerabilizada fica em evidência.
Situação de rua é a estado de uma pessoa que sai da prisão e não tem onde viver; que muitas vezes, foge de violência doméstica, no caso das mulheres; de adicções; de sofrimento psiquico, entre várias outras problemáticas que, muitas vezes, ainda se entrecruzam.
Muitas pessoas vão para o abrigo, mas muitos ainda obtam por permanecer na rua. Por isso que a dimensão do senso comunitário como fator determinante para a ressocialização é tão urgente para ser discutido.
Muito se fala nos processos de integração para com pessoas em situação de vulnerabilidade, mas qual o meio, onde ocorre essa intergração? É necessário compreender que, este espaço precisa ser a sociedade, precisa ser um lugar palpável, um lugar real.
Acima de tudo, foi na conexão com as pessoas, um estudo antropológico de geolocalização e pertencimento aos espaços, onde se construiram novas narrativas e possibilidades para os invisíveis.

## Referencias


1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - Brasília, DF: MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009
2. BRASIL. Constituição (2001). Lei nº 10.257, de 2001. . BRASÍLIA, 10 jul. 2001.
3. BRASIL. Lei nº 10.257, de 2001. . BRASÍLIA, 10 jul. 2001.
4. MARICATO, Ermínia. Brasil cidades: alternativas para a crise urba-na. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
5. MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
6. SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003.
7. SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Edusp, 2008.
8. VILLAÇA, Flávio. O espaço intra-urbano no brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
9. VILLAÇA, Flávio. Uso do solo urbano. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1978.
10. JACOBS, Jane (1961). Vida e morte das grandes cidades ameri-canas. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
11. Fernandes, Edésio. "Constructing the 'Right to the City' in Brazil. Social & Legal Studies, v. 16, n. 2, 2007.
12. Harvey, David. "The Right to the City". International Journal of Ur-ban and Regional Research, v. 27, n. 4, 2003.
13. Boltanski, Luc; Chiapello, Eve. O novo espírito do capitalismo. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
14. Bonduki, Nabil. Construindo territórios de utopia: a luta pela ges-tão popular em projetos habitacionais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP, São Paulo, 1986.